

2.ª Conferência FORGES
Fórum do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa

Instituto Politécnico de Macau - 6, 7 e 8 Novembro de 2012

**Educação e Formação ao Longo da Vida, das políticas às práticas educativas:
o reconhecimento de adquiridos no Ensino Superior**

Ana Luisa de Oliveira Pires

Professora Coordenadora na Escola Superior de Educação / Instituto Politécnico de Setúbal
Investigadora na UIED, Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa
Ana.luisa.pires@ese.ips.pt
alop@campus.fct.unl.pt

Resumo

No quadro das mudanças educativas decorrentes do processo de Bolonha e do paradigma da Educação/Formação ao Longo da Vida, a integração de novos públicos no ensino superior tem sido considerada como um eixo promotor da democratização e da igualdade de oportunidades (Eggins, 2003, Sporn, 2003, Pires, 2010, 2009).

No que diz respeito à participação dos adultos no ensino superior, destacamos as recentes medidas políticas (DL-64/2006 e DL-74/2006) que reconhecem a experiência profissional para efeitos de entrada e progressão académica. Um dos actuais desafios com que se confrontam as instituições educativas de nível superior reside na sua capacidade de fornecer respostas adequadas às novas exigências sociais, nomeadamente no que diz respeito às necessidades dos adultos numa perspectiva de educação/formação ao longo da vida (Schuetze and Slowey, 2000).

O reconhecimento de adquiridos experienciais, processo que se consubstancia na valorização formal de saberes e de competências adquiridas em contextos não-formais e informais, tem assumido um papel central nas políticas educativas em diferentes contextos e sistemas educativos na esfera internacional (Pires, 2010, 2009, 2005, Bjornavold e LeMoulloir, 2009, Collardyn, 2006, Feutrie, 2008). No actual contexto nacional, as práticas de reconhecimento e validação de competências começam a constituir-se como um desafio incontornável na educação/formação de nível superior (Pires, 2009, 2010).

Nesta comunicação apresentamos uma reflexão construída a partir de uma experiência inovadora no domínio do reconhecimento de adquiridos no ensino superior, desenvolvida nos últimos cinco anos pela Unidade de Desenvolvimento, Reconhecimento e Validação de Competências do Instituto Politécnico de Setúbal (UDRVC-IPS), considerado um caso de boas práticas a nível internacional (Inventário Europeu de Reconhecimento e Validação das Aprendizagens Informais e Não-formais 2010), enquanto potencial contributo para o enriquecimento do actual debate educativo.

Palavras-Chave: Ensino Superior, Reconhecimento de Adquiridos, Educação e Formação de Adultos

Educação e Formação ao Longo da Vida, das políticas às práticas educativas:

o reconhecimento de adquiridos no Ensino Superior

Introdução

A reflexão que agora se apresenta baseia-se numa situação inovadora no domínio do ensino superior — o desenvolvimento de um dispositivo de reconhecimento de adquiridos experienciais —, desenvolvida nos últimos cinco anos pela Unidade de Desenvolvimento, Reconhecimento e Validação de Competências do Instituto Politécnico de Setúbal (UDRVC-IPS). Reconhecida como um caso de boas práticas a nível internacional¹— Inventário Europeu de Reconhecimento e Validação das Aprendizagens Informais e Não-formais (2010)—, traduz por um lado as recentes linhas de orientação política nesta matéria, e, por outro, as preocupações de natureza educativa decorrentes das actuais teorias de educação/formação de adultos.

1. Das políticas ...

É no quadro da agenda política nacional da educação que temos que compreender os actuais desenvolvimentos — sendo que esta agenda é “globalmente estruturada” (Dale, 2006, Antunes, 2005) —, decorrentes das iniciativas de actuação da política educativa à escala europeia, orientadora da construção do *espaço europeu do conhecimento e da educação/formação ao longo da vida*. Neste âmbito e ainda decorrente das mudanças educativas decorrentes do processo de Bolonha, a integração de novos públicos no ensino superior tem sido considerada como um eixo promotor da democratização e da igualdade de oportunidades (Eggins, 2003, Sporn, 2003, Pires, 2010-a, 2009).

Sabendo que um dos actuais desafios com que se confrontam as instituições educativas de nível superior reside na capacidade de fornecer respostas adequadas às novas exigências sociais — nomeadamente no que diz respeito às necessidades dos adultos numa perspectiva de educação/formação ao longo da vida (Schuetze and Slowey, 2000) — e que a tradição da educação / formação de adultos é bastante limitada no âmbito do ensino

¹ O Inventário Europeu de Reconhecimento e Validação das Aprendizagens Informais e Não-formais (2010), foi coordenado pela GHK Consulting, entidade comissionada pela Comissão Europeia, Direcção-Geral da Educação e Cultura, para a realização do estudo.

Documento disponível em: <http://libserver.cedefop.europa.eu/vetelib/2011/77633.pdf>

superior em Portugal, temos consciência do esforço que é necessário desenvolver no sentido de encontrar soluções adequadas e pertinentes face a esta nova realidade.

No nosso país, no que diz respeito à participação dos adultos no ensino superior, destacam-se as recentes medidas políticas que promovem o alargamento do acesso de novos públicos a este nível de ensino e que reconhecem a experiência profissional para efeitos de entrada e progressão académica (DL-64/2006 e DL-74/2006)².

Estas medidas políticas, dinamizadoras de processos de mudança nas instituições de nível superior, produzem efeitos que urge conhecer, constituindo-se como relevantes objectos de investigação educativa. Apesar de ainda escasso, é já possível encontrar um conjunto de estudos que permitem uma melhor compreensão da realidade dos adultos no ensino superior em Portugal (Cabrito, 2009, Pires, 2009, Ferreira, 2010, Santos Silva, 2010, Baptista, 2009, Vieira, 2012, entre outros).

E se a literatura é escassa no que diz respeito ao acesso dos novos públicos ao ensino superior, relativamente aos processos de reconhecimento e validação neste nível de ensino é praticamente inexistente.

Um estudo exploratório sobre a problemática do acesso dos adultos ao ensino superior em Portugal evidenciou que, apesar das instituições nacionais terem introduzido estratégias e critérios diversificados relativamente aos procedimentos de selecção dos candidatos adultos, no domínio do reconhecimento da experiência confrontavam-se com algumas dificuldades (Pires, 2007). Neste estudo foi possível identificar que as instituições analisadas se posicionavam face ao reconhecimento das aprendizagens experienciais mais numa lógica reactiva, de resposta às medidas legislativas, do que numa lógica estratégica e proactiva, tomando a iniciativa e antecipando a mudança.

² O Decreto-Lei 64/2006 regulamenta as provas adequadas para a avaliação da “capacidade para a frequência” no ensino superior para adultos maiores de 23 anos (dando origem à designação Maiores de 23), atribuindo neste processo um lugar de destaque à experiência profissional dos candidatos. São componentes obrigatórias da avaliação do candidato a apreciação do currículo académico e profissional, a avaliação das motivações, provas teóricas ou práticas de avaliação de conhecimentos e de competências considerados indispensáveis ao acesso e progressão no curso – organizadas em função dos perfis dos candidatos e dos cursos a que se candidatam. Neste quadro, as instituições assumem a responsabilidade directa de selecção dos candidatos adultos ao ensino superior, tomando a experiência profissional como critério. O Dec-Lei 74/2006 vem reforçar o reconhecimento da experiência profissional e de outra formação para efeitos de obtenção de créditos no E.S.

2. ...Às práticas educativas: o reconhecimento dos adquiridos experienciais

Os processos que são desenvolvidos com a finalidade de valorizar formalmente os saberes e as competências adquiridas em contextos não-formais e informais, designados na literatura educativa como reconhecimento de adquiridos experienciais (Pires, 2005), têm assumido um papel de destaque ao nível das políticas educativas internacionais, em diferentes sistemas e contextos (Pires, 2010, 2009, 2005, Bjornavold e LeMoullouir, 2009, Collardyn, 2006, Feutrie, 2008).

No quadro nacional — onde o enquadramento legal para o reconhecimento da experiência dos adultos no ensino superior data de 2006, como vimos anteriormente —, as práticas de reconhecimento de adquiridos são, devido a esse facto, ainda muito recentes, não tendo até aqui constituído uma prioridade para a grande generalidade das instituições de nível superior (Pires, 2010, 2009).

No entanto, algumas instituições de ensino superior, de uma forma mais proactiva, iniciaram já experiências inovadoras nesse sentido. É o caso do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), no âmbito do qual foi criada uma unidade transversal com a finalidade de conceber e implementar um dispositivo de reconhecimento de competências dos estudantes, que seguidamente passamos a apresentar.

2.1. Contexto institucional

A Unidade de Desenvolvimento, Reconhecimento e Validação de Competências do Instituto Politécnico de Setúbal — UDRVC-IPS — foi criada em Outubro de 2007, como uma unidade funcional do IPS³. Na sua génese encontra-se a vontade política da Presidência de desenvolver uma estratégia institucional visando a abertura a novos públicos e a criação de medidas de apoio orientadas para as suas especificidades.

A UDRVC é uma estrutura de coordenação que tem como finalidade conceber, implementar e acompanhar a política de reconhecimento e validação de competências do IPS. Tem como missão a criação de um dispositivo integrado de Reconhecimento e Validação de Competências operacionalizado nas cinco Escolas Superiores do IPS⁴ e a

³ Despacho nº 88/SPR/2007, IPS.

⁴ Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Ciências Empresariais, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Tecnologia do Barreiro.

realização de estudos e trabalhos de investigação sobre as problemáticas da Educação / Formação de Adultos, particularmente no contexto do ensino superior.

Sendo a UDRVC uma estrutura transversal do IPS, possui um funcionamento em rede, operacionalizado nas suas cinco escolas. É composta por uma equipa permanente constituída por uma coordenadora institucional — Vice Presidente do IPS —, uma coordenadora científica — função assumida por uma docente/investigadora na área —, uma técnica superior — com formação e experiência na área ⁵— e cinco Presidentes de Jurí, representantes de cada escola superior do IPS. Os membros dos Jurís, não permanentes, são constituídos por docentes do IPS, nomeados como vogais pelos Conselhos Científicos de cada escola superior, em função da natureza e especificidade de cada candidatura.

2.2. Estratégia metodológica: a lógica da Investigação-Acção

A concepção e desenvolvimento da UDRVC foram pensados em termos de projecto, seguindo de perto a lógica da investigação-acção. A opção por esta estratégia, que se desenvolveu em torno de três objectivos — a inovação, a formação de competências e a investigação — constituiu um processo de aprendizagem social envolvendo os seus participantes — tanto os membros da equipa restrita como a mais alargada — com vista a uma transformação institucional, cultural, política e pedagógica. A articulação entre a acção e a reflexão foi uma preocupação constante da equipa, de natureza pluridisciplinar, que se orientou por princípios de rigor e consistência metodológica.

Esteve presente a preocupação que a estratégia desenvolvida se orientasse no sentido do desejável, afastando-se do praticismo não-reflexivo, favorecendo a colaboração interprofissional, a prática pluridisciplinar e procurando a melhoria das intervenções (Ferreira de Almeida, 2001).

O trabalho de concepção do dispositivo de Reconhecimento e Validação de Competências foi inspirado na lógica da investigação-acção (Carr e Kemmis, 1986, Kuhne e Quigley, 1997, Elliot, 1991) — numa espiral que articulou diferentes fases tais como a

⁵ A unidade contou ainda com a colaboração externa de uma Conselheira/Profissional de Reconhecimento e Validação de Competências, que interveio na realização de workshops de elaboração do dossier/portfolio de competências, concebidos especificamente para apoiar os estudantes na elaboração do seu processo de candidatura.

planificação, operacionalização, avaliação e reflexão, reformulação e início de um novo ciclo — passou pelas seguintes etapas de trabalho:

- . construção de uma equipa de trabalho coesa e aquisição de uma linguagem e cultura comuns;
- . elaboração de regulamentos, guias de apoio, documentação, instrumentos metodológicos, brochuras;
- . realização de workshops, seminários de formação, sessões de divulgação nas Escolas;
- . realização de estudos sobre os adultos no Ensino Superior; participação em seminários e conferências;
- . monitorização e balanço das actividades desenvolvidas, nomeadamente através da realização de um inquérito por questionário a candidatos e membros dos Júris.

2.3. Operacionalização do processo e instrumentos metodológicos

Os principais instrumentos metodológicos do processo de RCV-IPS são os Referenciais de Competências (baseados no Programa da Unidade Curricular e respectivo nº de ECTS) e o Dossier/Portfólio de Competências⁶, no qual o candidato identifica e explicita as aprendizagens e competências adquiridas a partir da experiência profissional, voluntariado e/ou outras relevantes.

O Dossier / Portfólio de Competências é considerado um dos instrumentos mais adequados na estratégia metodológica de demonstração das competências, de acordo com diversos autores e especialistas na matéria (Nyatanga et al., 1998, Sansregret, 1988, Michelson et al., 2004, Brinke, 2008, entre outros). O trabalho de explicitação consubstanciado no Dossier / Portfólio é complementado pela entrevista, de realização obrigatória no processo, e que oferece a oportunidade de explorar e clarificar elementos em falta para além de reforçar a autenticidade dos procedimentos (Nyatanga et al., 1998).

A entrevista, de carácter obrigatório, permite aos Júris conhecer o candidato presencialmente, aprofundar / clarificar aspectos constantes no Dossier / Portfólio do

⁶ O modelo de Dossier/ Portfólio de Competências adoptado pelo IPS encontra-se organizado de modo a que o candidato possa identificar e comprovar experiências relevantes, explicitar as competências adquiridas, relacionar as competências adquiridas com as U.C.'s em que pretende obter a creditação. É necessário apresentar os comprovativos, declarações e certificados que comprovam a realização das actividades descritas e a respectiva duração.

O modelo do Dossier / Portfólio em vigor no IPS, bem como a restante documentação para a candidatura encontra-se em http://www.ips.pt/ips_si/web_base.gera_pagina?p_pagina=27407

candidato, explicitar competências pouco evidenciadas e aferir da veracidade dos elementos apresentados, entre outros. O Júri pode ainda propor a realização de provas complementares, caso considere necessário.

A validação — processo que implica a comparação entre as competências detidas pelo sujeito e aquelas que se pretende valorizar formalmente (Bjornavold, 2003, Pires, 2005) — é feita com base na articulação entre aprendizagens e competências adquiridas pelos estudantes e os referenciais de competências das Unidades Curriculares, podendo finalizar-se em Validação Total, Validação Parcial ou não Validação (Guia Metodológico do Processo RVC-IPS, 2009).

Nos casos de Validação Parcial, o Júri elabora para cada candidato um Plano Individual de Formação, que o candidato deverá seguir de forma a poder obter a totalidade dos créditos da UC e a correspondente Validação Total.

A nomeação dos Júris e a ratificação das decisões tomadas são realizadas em sede de Conselho Técnico Científico das Escolas Superiores do IPS.

2.4. Evolução das candidaturas

No primeiro período de candidaturas — realizado no início do ano civil de 2009 —, o processo RVC-IPS encontrava-se na fase experimental pelo que a sua análise e avaliação permitiram reajustar alguns procedimentos, introduzir alterações pontuais ao regulamento e melhorar o dispositivo na sua globalidade. Como referimos anteriormente, a lógica da investigação-acção fez parte integrante da filosofia de implementação do dispositivo.

O ano lectivo de 2009/10 foi considerado o ano de arranque oficial do dispositivo. De acordo com o Regulamento do processo RVC⁷, as candidaturas, que inicialmente eram efectuadas num único período do ano lectivo (no início do ano académico), passaram a partir de 2011 a ter dois períodos distintos.

Apresentamos seguidamente um quadro síntese com o total de candidaturas recebido até à data, cujos dados evidenciam um crescimento gradual do número de candidaturas / procura interna pelos estudantes:

⁷ http://www.ips.pt/ips_si/web_gessi_docs.download_file?p_name=F428943024/Regulamento%20RVC.pdf

Quadro 1 - Evolução das candidaturas RVC - 2009/2012

ESE	2009 (experimental)	2009-10	2010-11	2011-12	total
Candidaturas	1	3	1	-	5
Nº UC	2 UC	7 UC	1 UC	-	10 UC
EST Set	2009	2009-10	2010-2011	2011-2012	total
Candidaturas	4	1	1	3	9
Nº UC	4 UC	9 UC	1 UC	27 UC	41 UC
EST B	2009	2009-10	2010-11	2011-2012	total
Candidaturas	2	9	4	11	26
Nº UC	5 UC	12 UC	5 UC	11 UC	33 UC
ESCE	2009	2009-10	2010-11	2011-2012	total
Candidaturas	1	2	3	2	8
Nº UC	10 UC	15 UC	14 UC	16	55 UC
ESS	2009	2009-10	2010-11	2011-2012	total
Candidaturas	-	-	13	11	24
Nº UC	-	-	83 UC	61 UC	144 UC

ESE: Escola Superior de Educação, EST-S: Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, EST-B: Escola Superior de Tecnologia do Barreiro; ESCE: Escola Superior de Ciências Empresariais; ESS: Escola Superior de Saúde.

Como se pode verificar, até ao presente foram recebidas 72 candidaturas ao processo RVC, dizendo respeito a 287 Unidades Curriculares. Os resultados relativos aos anos de 2009 (período experimental), 2009/2010 e 2010/2011 indicam que foram atribuídas 81% de validações totais e 19% de não validações. No ano de 2011/2012 a taxa de sucesso foi de 95%.

Apesar de considerar que o nível de sucesso das candidaturas é bastante elevado, é objectivo da UDRVC continuar o trabalho com membros do Júri e potenciais candidatos, no sentido da prestação de um apoio mais adequado para a consecução das suas expectativas.

2.5. Balanço do trabalho realizado

Ainda que a análise e a reflexão sobre o trabalho efectuado sejam pensadas como tarefas permanentes da equipa tendo em vista a melhoria das suas práticas, foi realizado no

último trimestre de 2010 um balanço do processo RVC-IPS, com vista à evolução global da estratégia e dos procedimentos desenvolvidos.

Este balanço, suportado em inquéritos por questionário, teve em vista a identificação das percepções dos actores directamente envolvidos — candidatos e membros do Júri — de forma a identificar por um lado os aspectos bem conseguidos e as potencialidades do processo, bem como as fragilidades/constrangimentos.

Foram trabalhados os seguintes eixos: estratégia de informação/disseminação, metodologia e instrumentos utilizados, resultados globais do processo, obstáculos encontrados e benefícios obtidos. Os inquéritos também incluíam uma questão aberta orientada para a identificação de estratégias para apoiar os estudantes adultos.

A leitura dos dados obtidos, aponta para um balanço globalmente positivo do processo desenvolvido, tanto na perspectiva dos candidatos como na dos membros dos Júris.

3. Breves linhas para uma conclusão

Temos vindo a evidenciar em trabalhos anteriores os contributos que as práticas de reconhecimento e validação têm, na perspectiva dos adultos (Pires, 2012, 2010, 2009, 2007, 2005), destacando-se o seu potencial emancipatório e transformador, no que diz respeito à descoberta e tomada de consciência das aprendizagens adquiridas, à mudança de representações — face à experiência, à aprendizagem e ao conhecimento —, ao reforço identitário — tanto a nível pessoal, académico como profissional.

Como temos vindo a sustentar, na perspectiva académica, as práticas de reconhecimento de adquiridos podem favorecer uma melhor gestão dos percursos, a obtenção de créditos (ECTS), o encurtamento do período de estudos, enfim, uma maior personalização das trajectórias educativas, tanto em função dos saberes adquiridos como dos projectos específicos de cada pessoa.

Em termos institucionais, o reconhecimento de adquiridos experienciais assume um papel de relevo na aproximação da estratégia e das práticas das instituições à realidade dos públicos adultos, respondendo de forma mais adequada às suas especificidades, tornando-se assim mais atractivas para públicos não tradicionais.

Saber até que ponto os actuais desafios sociais e as aspirações individuais encontrarão a abertura necessária por parte das instituições, é uma questão que ainda não se encontra

respondida. Diversos estudos têm evidenciado a existência de resistências e constrangimentos de diversa natureza, pelo que se torna necessário garantir as condições necessárias para a mudança — que terá que ocorrer a vários níveis e planos de intervenção: institucional, organizacional e pedagógico (Pires, 2010-c).

De entre os principais desafios, é possível identificar as principais resistências de natureza cultural — o monopólio do saber do Ensino Superior, a hegemonia dos conhecimentos científicos / saberes académicos face aos saberes experienciais / profissionais; a renovação dos referenciais educativos — dos conhecimentos para as competências; a renovação das formas tradicionais de avaliação — dos exames / testes de conhecimentos ao dossier / portfolio de competências; e, fundamentalmente, a centralidade da lógica da experiencialidade — que passa pela valorização dos saberes adquiridos, do potencial da pessoa e do seu projecto.

Estas novas práticas, ainda incertas, poderão abrir caminhos para a desejável mudança pedagógica, organizacional e social, contribuindo para o reforço da missão crítica e formativa das instituições de ensino superior.

... Caminhante, não há caminho,
faz-se caminho a andar...

António Machado, 2006, *in* Campos de Castilla

Bibliografia:

- Almeida, João F. (2001) Em defesa da investigação-acção. *In Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 37, Lisboa
- Antunes, Fátima (2005) Globalização e Europeização das Políticas Educativas. Percursos, processos e metamorfoses, *in Sociologia, Problemas e Práticas* n.º 47, Lisboa.
- Alves, Mariana e Pires, Ana (2008) Aprendizagem ao longo da vida e Ensino Superior: Novos públicos, novas oportunidades? *Actas da Conferência Internacional de Sociologia da Educação*, João Pessoa, Fevereiro 2008. *In Anais da UIED* n.º 9, UIED, Lisboa
- Baptista, Ana (2009) O estudante adulto não tradicional na Universidade de Aveiro. Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro.
- Brinke, Desirée (2008) Assessment of prior learning. OpenUniversiteit Nederland. Maastrich.
- Cabrito, Belmiro (2009) O processo maiores de 23: novos públicos para a Universidade ou nova porta de entrada para velhos públicos? *In Políticas de Formação de Jovens e Adultos no Brasil e em Portugal*. Eds. Rummert, Canário, Frigotto. Ed. UFF, Rio de Janeiro.
- Bjornavold, Jens (2003) Assegurar a visibilidade das competencias. Identificação, Avaliação e Reconhecimento da Aprendizagem Não-formal na Europa. Coleção CEDEFOP, Ed. Inofor, Lisboa.
- Bjornavold, Jens and Le Moulloir, Isabelle (2009) Learning outcomes in validation and credit systems. *In European Journal of Vocational Training* n.º 48, Ed. By CEDEFOP, Luxembourg.
- Carr, Wilfred e Kemmis, Stephen (1986) *Becoming critical*. Ed. Lewes: Falmer Press.

- Collardyn, Danielle (2006) Reconnaître les compétences dans un système d'échanges européen et international. In *Evaluation des compétences et apprentissages expérimentelles. Savoirs, modèles et méthodes*. Ed. Educa, Lisboa.
- Dale, Roger (2006) Construire l'Europe en bâtissant un espace européen de l'éducation, In *Education et Sociétés, n° 18*. De Boeck Université, Paris.
- Eggings, Heather (2003) Globalisation and reform: necessary conjunctions in Higher Education. In *Globalization and reform in Higher Education*, Ed by Heather Eggings, SRHE, UK.
- Elliott, J. (1991). Action research for educational change. Buckingham: Open University Press
- Ferreira, Margarida (2010) Educação e Formação de Adultos e Ensino Superior. Linhas de desenvolvimento de apoio ao estudante adulto. Tese de Mestrado, Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Feutrie, Michel (2008) Un état des lieux des pratiques de validation des Acquis dans les 27 États membres. In *Validation des Acquis de l'Expérience. Retours d'Expériences à L'Université*. L'Harmattan, Paris.
- Griffiths, Kaldi & Pires (2008) Adult Learners and Entry to Higher Education: Motivation, Prior Experience and Entry Requirements, *Actas da International Association for the Scientific Knowledge, International Conference Teaching and Learning 2008; 26-28 Maio*, Univ. Aveiro, Portugal. Org. IASK (ISBN978-972-99397-8-5)
- IPS (2007), Plano Estratégico do IPS (2007-2011), Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal
- Kuhne, G. e Quigley, B. (1997) Understanding and using action-research in Practice Settings. In B. Quigley & Khune G. (eds) *Creating Practical Knowledge Trough Action Research: Posing Problems, Solving Problems, and Improving Daily Practice*. San Francisco, Jossey-Bass Publishers.
- Michelson, Elana e Mandell, Alan (2004) Portfolio Development and the Assessment of Prior Learning. Perspectives, Models and Practices. Virginia, Ed. Sterling.
- Nyatanga, L., Forman, D. e Fox, J. (1998). Good practice in the accreditation of prior learning. London, Ed. Cassell.
- Pires, Ana (2011) Learning from experience. The impact of recognition of students prior learning practices on academics. Poster presented at ECER 2011, Freue University of Berlin, Berlin
- Pires, Ana (2010) European Inventory on Validation of Non-Formal and Informal learning 2010. Country Report: Portugal. In <http://libserver.cedefop.europa.eu/vetelib/2011/77633.pdf>
- Pires, Ana (2010-a) Aprendizagem ao Longo da Vida, Ensino Superior e Novos Públicos: uma perspectiva internacional. In *Aprendizagem ao Longo da Vida e Políticas Educativas Europeias: tensões e ambiguidades nos discursos e nas práticas de estados, instituições e indivíduos*. Ed. UIED, FCT/UNL, Lisboa.
- Pires, Ana (2010-b) Reconhecimento e Validação de Competências. Políticas, Teorias e Práticas. In *Cadernos Sociedade e Trabalho n° XIII*, GEP / MTSS, Lisboa
- Pires, Ana (2010-c) Reconhecimento e validação das aprendizagens não formais e informais no ensino superior. Problemas e perspectivas. *Conferência proferida na International Conference on accreditation of non-formal qualifications in Higher Education, Universidade de Lisboa, 25 Novembro de 2009, in Revista Medi@ções*, volume 1 n° 2, ESE/IPS.
- Pires, Ana (2009) Novos públicos no Ensino Superior em Portugal: contributos para uma problematização. In *Políticas de Formação de Jovens e Adultos no Brasil e em Portugal*. Ed Rummert, Canário, Frigotto. Ed. UFF, Rio de Janeiro.
- Pires, Ana (2009) Adult Education and Lifelong learning. An empirical analysis of university post-graduates perspective. In *European Journal of Vocational Training n° 46*, Ed. By CEDEFOP.
- Pires, Ana (2009) Assessing, recognizing and certifying non-formal and informal learning: a contribution to its understanding. In *European Journal of Vocational Training n° 48*, Ed. By CEDEFOP.
- Pires, Ana (2008). Aprendizagem de adultos: contextos e processos de desenvolvimento e reconhecimento de competências. *Comunicação apresentada no Seminário Novos Públicos no IPS: os Maiores de 23 anos, Setúbal*.
- Pires, Ana (2007), Reconhecimento e Validação das Aprendizagens Experienciais. Uma problemática educativa. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2, pp. 5-20.

Pires, Ana (2007) Recognition of Prior Learning in Higher Education in Portugal: emerging practices and discourses from an empirical research, (Network 22: Research in Higher Education), *paper presented at European Conference on Educational Research / ECER 2007*, September, Ghent, in Anais da UIED n.º 8, Lisboa.

Pires, Ana (2005) Pires, A. L. (2005) Educação e Formação ao Longo da Vida: análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e de competências, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa

Pires, Ana e Ferreira, Margarida (2011) Relatório do Balanço do processo RVC-IPS. Docs UDRVC, IPS, Setúbal

Pires, Ana e Ferreira, Margarida (2010) O reconhecimento de adquiridos experienciais no ensino superior: percursos individuais de aprendizagem. *Poster apresentado na International Conference: learning and Teaching in Higher Education, Universidade de Évora, Abril 2010*

Pires, Ana e Ferreira, Margarida (2009). *Guia do Processo RVC-IPS*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal

Pires, Ana e Ferreira, Margarida (2009) Reconhecimento de Aprendizagens não formais e informais no Ensino Superior — a experiência da UDRVC-IPS. *Poster apresentado na International Conference on Accreditation of non-formal qualifications in Higher Education, Universidade de Lisboa, Nov. 2009.*

Sansregret, Marthe (1994) *La Reconnaissance des Acquis. Principes*. Québec, Ed. Hurtubise.

Schuetze, Hans, and Slowey, Maria (2000) Traditions and new directions in higher education. A comparative perspective on non-traditional students and lifelong learners. *In Higher Education and Life long learners. International perspectives on Change*. Ed. By Shuetze and Slowey, Routledge Falmer, London.

Sporn, Barbara (2003) Trends relating to Higher Education reform in Europe: an overview. *In Globalization and reform in Higher Education*, Ed by Heather Eggings, SRHE, UK

Silva, Rita Santos (2010) Porque ingressam e como se integram os estudantes Maiores de 23 anos comparativamente aos estudantes do Acesso Regular? Tese de Mestrado, Universidade do Porto.

Taylor, William (2003) Steering change in Tertiary education. *In Globalization and reform in Higher Education*, Ed by Heather Eggings, SRHE, UK.

Vieira, Sandrina (2012) A Aprendizagem ao Longo da Vida na Iniciativa Novas Oportunidades: entre a igualdade e a desigualdade de oportunidades rumo ao ensino superior. Um estudo de caso na região norte de Portugal. Tese de Mestrado, Universidade do Minho.

Legislação

Decreto-Lei n.º64/2006 de 21 de Março de 2006. *Diário da República n.º 57– I Série A*. Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior. Lisboa

Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março. *Diário da República n.º 60/06 – I Série A*. Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior. Lisboa

Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho. *Diário da República n.º 121/08 – I Série*. Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior. Lisboa